

Clipping Diário

TJPI



05.12.2018



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Cidade Verde.com	05/12/18	-	

Salário de magistrados no Piauí é de R\$ 35 mil em projeto que chega à Alepi

A Assembleia Legislativa recebeu ontem (04) Projetos de Leis do Poder Judiciário e do Ministério Público Estadual (MPE), que reajustam os vencimentos dos magistrados e dos procuradores de Justiça do Piauí. Os desembargadores e procuradores receberão salário correspondente a R\$ 35,4 mil, enquanto os juízes terão remuneração que vai variar de R\$ 28,8 mil a R\$ 33,6 mil.

O Projeto de Lei do Poder Judiciário prevê ainda a suspensão do pagamento do auxílio-moradia dos magistrados a partir da implementação do aumento salarial da categoria. As matérias, que foram lidas no pequeno expediente da sessão plenária desta manhã, serão apreciadas agora pela Comissão de Constituição e Justiça, em seguida irão para o plenário.

O impacto do reajuste nas contas do Tribunal de Justiça do Piauí será de R\$ 25 milhões. De acordo com proposta orçamentária que será votada pela Assembleia Legislativa ainda este ano, o orçamento do Tribunal de Justiça para 2019 deve ficar em torno de R\$ 568 milhões.

O aumento ocorre em efeito cascata após o presidente Michel Temer (MDB) aprovar o reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e da procuradora-geral da República. O reajuste está condicionado ao fim do polêmico auxílio-moradia, mas a extinção do privilégio ainda não é consenso.

De acordo com o texto sancionado pelo presidente, o subsídio dos ministros do STF e da atual chefe do Ministério Público Federal, Raquel Dodge, passam de R\$ 33,7 mil para R\$ 39 mil.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

PORTAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
Meio Norte	05/12/18	-	

Tribunais do PI conquistam Selo Prata no Justiça em Números do CNJ

O Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí conquistaram o Selo Justiça em Números na categoria Prata do Conselho Nacional de Justiça. O selo visa reconhecer os tribunais brasileiros que investem na produção, gestão, organização e disseminação das informações administrativas e processuais.

A premiação ocorreu durante o XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que acontece em Foz do Iguaçu (PR) até terça-feira. Foram premiados 30 tribunais na categoria ouro, 42 cortes com o selo prata, e 13 com o bronze.

“O Justiça em Números do CNJ traz o perfil do Judiciário brasileiro anualmente. E, desde 2014, o Conselho premia os tribunais que melhor fornecem esses dados em reconhecimento ao investimento na gestão da informação e no cumprimento de normas de transparência. O TJ-PI e o TRE-PI estão de parabéns pela conquista do selo prata e a tendência é evoluir a cada ano”, afirma o presidente da Associação dos Magistrados Piauienses, juiz Thiago Brandão de Almeida.

De acordo com o CNJ, além do requisito básico de encaminhamento adequado das informações, também foram avaliados o nível de informatização do tribunal, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do CNJ alinhadas à gestão da informação.

Entre as exigências para recebimento do Selo Justiça em Números está ainda a implantação de núcleos socioambientais, conforme previsto na Resolução CNJ nº 201/2015, que determina aos órgãos do Poder Judiciário a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) para reduzir o impacto ambiental de suas atividades.